PROCESSO Nº: 1040624
NATUREZA: AUDITORIA
ÓRGÃO: SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

À Secretaria da Segunda Câmara,

Trata-se de auditoria realizada em cumprimento ao Plano Anual de Auditorias e Inspeções Ordinárias aprovado para o exercício de 2017, classificando-se como subprojeto do programa "Na ponta do Lápis", com objeto de avaliar a gestão dos recursos financeiros repassados pelo Estado às Caixas Escolares – CE's.

Em obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório estabelecidos no art. 5º, LV, da Constituição da República, determino a **citação** da Sra. **Ana Lúcia Almeida Gazzola**, Secretária da SEE de 03/01/2011 a 31/12/2014; Sra. **Macaé Evaristo do Santos**, Secretária da SEE, afastada para concorrer a cargo eletivo; Sr. **Wieland Silberscheneider**, Secretário de Educação em exercício, para que, no **prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**, apresentem justificativas e documentos que julgarem pertinentes acerca dos apontamentos constantes do relatório técnico acostado às fls. 64/101, a seguir transcritos:

1. A SEE não tem repassado regularmente os valores previstos nos Termos de Compromisso celebrados com as Caixas Escolares. Os valores efetivamente transferidos no período de 2014 a 2016 giraram em torno de 40% (quarenta por cento) dos montantes empenhados, o que tem gerado dificuldades para que as mesmas adquiram insumos básicos necessários à manutenção de suas rotinas de funcionamento, bem como deficiências na infraestrutura, mobiliário e equipamentos.

2. Deficiências na instrução das prestações de contas elaboradas pelas Caixas Escolares. Embora os processos estejam sendo entregues nos prazos legais previstos, sistematicamente encontram-se incompletos, desorganizados, sem

numeração das folhas, com a anexação de documentos em duplicidade e/ou desnecessários, resultando em excesso de diligências.

3. Deficiências na capacitação/treinamento/reciclagem dos servidores responsáveis pela elaboração das prestações de contas nas CE's, bem como dos analistas nas SRE's.

4. Insuficiência das ações de acompanhamento e monitoramento do cumprimento do objeto dos termos de compromisso simultaneamente à sua execução. Contatou-se que as SRE's não possuem estrutura para efetuar o controle em tempo real, sendo o monitoramento efetuado apenas quando da análise das prestações de contas e/ou por meio de visitas esporádicas nas escolas, que ocorrem espontaneamente ou mediante provocação via denúncia.

5. Número de servidores insuficiente para proceder à análise temporal das prestações de contas entregues pelas CE's, acarretando o acúmulo de processos nas Regionais e a formação de um gargalo crescente, agravado pelo fato de serem liberados novos recursos para as CE's sem a certeza de que os valores repassados foram aplicados corretamente e com a eficácia requerida.

6. Fragilidade na conferência das mercadorias, cujo fornecimento é a granel,-em razão da inexistência de instrumentos adequados para pesagem e certificação dos quantitativos adquiridos.

7. Reincidência de fornecedores nas compras realizadas pelas CE's e dificuldades de obtenção de um leque maior de interessados em condições aptas a participarem dos convites/editais de licitação, tendo em vista que a maioria das escolas se encontram localizadas em cidades pequenas e sem alternativas.

8. Dificuldades dos diretores das CE's na mobilização de membros interessados a comporem as comissões de licitação necessárias à realização de procedimentos de compras, já que a atividade não é remunerada e deve ser realizada concomitantemente às atividades de docência.

9. Inexistência de controles formais de estoques e estimativas de consumos, que permitiriam um melhor planejamento das aquisições e deficiência na capacitação dos diversos responsáveis em cada setor para a realização dos registros necessários.

Na oportunidade, igualmente em obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório estabelecidos no art. 5º, LV, da Constituição da República, determino a **citação** da Sr. **Fernando Damata Pimentel,** Governador do Estado de Minas Gerais, para que, no mesmo **prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**, apresente justificativas e documentos que julgar pertinentes acerca da ausência de pagamento da totalidade das transferências empenhadas a favor das Caixas Escolares no período auditado, conforme relatório de fls. 61/101.

Informe-se que o relatório técnico e os documentos/evidências digitalizados encontram-se disponíveis no Portal deste Tribunal, em www.tce.mg.gov.br – Aba: "Serviços" – Funcionalidade: "Consulta a Documentos Processuais" e, ainda, que para acessá-los deverão informar o número do CPF e a "Chave de Acesso" gerada, constante do ofício de citação.

Cientifique-os de que a defesa deverá ser apresentada por eles próprios ou por procurador devidamente constituído, conforme dispõe o *caput* do art. 164 da Resolução nº 12/2008 e, ainda, de que a falta de manifestação no prazo assinado implicará o julgamento do processo com base em seu atual estágio de instrução.

Havendo manifestação, remetam-se os autos à 3ª CFE para reexame e, em seguida, ao Ministério Público de Contas para emissão de parecer conclusivo.

Caso silentes, diretamente ao Órgão Ministerial.

Após, conclusos.

Tribunal de Contas, em 13/04/2018.

CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA
Relator

|||jav||